

ALBÉRICO AFONSO*

Do ensaio do poder à guerra social permanente e de alta intensidade – Setúbal Republicana

A greve geral da indústria conserveira de 1922

C 1. Introdução

em anos após a implantação da República, impõe-se um regresso à cidade que Setúbal foi.

Essa cidade escondida, que agora em ano de comemorações se descobre, contém uma energia especial que a coloca num itinerário de combate que ultrapassa as traves mestras das bandeiras republicanas. Debaixo da patine da Setúbal republicana encontramos a Setúbal popular e activa, a cidade pobre que se organiza, a cidade despojada que, nada tendo a perder, escolhe conscientemente o confronto, massifica a contestação e aproveita a roda da História para a tentativa de alcançar uma outra vida.

No presente texto, num primeiro momento, tentaremos evidenciar alguns elementos distintivos da História social deste período na cidade de Setúbal.

A greve geral da indústria conserveira de 1922, que constitui um paradigma da intensa conflitualidade entre patronato e trabalhadores, ocupará a segunda parte desta investigação. Deste modo, serão apresentados alguns elementos de natureza monográfica, que ilustrarão o grau de violência que este ano conheceu em território setubalense.

2. Uma cidade intensa

A Setúbal do início de Sec. XX é uma Setúbal inconformada, rebelde e actuante. Esses traços de insubmissão e acção serão talvez os caracteres distintivos que mais individualizam a cidade.

Por isso mesmo a República encontrou aqui os maiores afectos e também os maiores desafectos. Passado o estado de graça inicial que as revoluções sempre concedem, quando a cidade se reencontrou com a repressão e constatou a continuidade da sua vida miserável,

* Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. Investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.

reiniciou o processo de activa intervenção/participação popular que tal como no regime monárquico, se iria revelar gerador de uma elevada litigância social.

A análise do período republicano revelará a marca profunda de uma guerra social permanente (ou quase permanente) que se prolonga ao longo dos 16 anos do regime, praticamente sem interrupções. Os períodos de acalmia social são breves, marcando apenas curtos interregnos de lutas sucessivas.

Esta contínua, sucessiva e duradoura confrontação social que a cidade destes anos apresenta, talvez como nenhuma outra, vai-se transmutando ao longo do tempo numa guerra social de alta intensidade, com recurso a formas de embate muito violento.

Essa violência é, de resto, promovida por todos os protagonistas em conflito: Operariado, patronato, exército, forças policiais.

A notável capacidade de resistência e de confrontação que os trabalhadores setubalenses evidenciam ao longo deste tempo republicano não é obra do acaso.

Ao questionário formulado pelo governo em 1909 às Associações de Classe Industriais, Operárias ou mistas de Patrões e Operários, responderam 4 associações operárias de Setúbal: A Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal, que tinha 1900 associados, a Associação de Classe dos Soldadores, com 710 associados, a Associação de Classe dos Trabalhadores de Fábricas de Conserva, com 172 associados e a Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Setúbal com 55 associados¹. Responderam ainda a este inquérito a Classe dos Fabricantes de Calçado de Setúbal e a Liga Comercial dos Lojistas de Setúbal.

Os dados deste inquérito mostram-nos que Setúbal é a localidade do país que ostenta mais associações de classe, logo a seguir a Lisboa e Porto; é também aquela que tem um maior número de associados filiados (2.992) a grande distância de outras localidades. As que mais se aproximam são a Póvoa do Varzim com 591 filiados, Lagos com 447, Almada com 426 e Coimbra com 387.

Estamos, portanto, perante um operariado com um grau de organização e de estruturação significativos, que intervém na defesa dos seus interesses de classe.

Os últimos tempos do regime monárquico haviam já sido tempos de duro confronto. As greves que opuseram soldados ao patronato conserveiro, e os pescadores aos armadores, tinham evidenciado a existência de um operariado predisposto para a defesa das suas reivindicações através da luta.

Também não foram obra do acaso os acontecimentos de 4 e 5 de Outubro de 1910.

Na tarde 4 de Outubro é organizada uma grande manifestação pelos dirigentes republicanos locais, pelos socialistas revolucionários e pelos anarquistas.

Nessa manifestação a cidade regurgita de força e de determinação. Tem as ruas percorridas por milhares de pessoas. A manifestação encaminha-se para a câmara municipal, onde funcionava a esquadra da polícia. Aí exige que seja hasteada a bandeira republicana.

¹ Citado por CABRAL, Manuel Vilaverde, *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, Presença/Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa, 1977, pp 175 e sgts.

Estamos, repete-se, em 4 de Outubro, e a cidade, num presentimento de ruptura, cumpre antecipadamente um roteiro de revolução. Perante a recusa da polícia em desfraldar a bandeira da República, e após alguns tiros disparados do interior da esquadra, a câmara será incendiada. A monarquia ardia em Setúbal sem garbo e sem glória, acossada por manifestantes que, numa espécie de auto de fé revolucionário, impunham na rua um novo regime. A bandeira monárquica jazia agora imprestável e em seu lugar subia a da república. A troca de poderes tinha acontecido ².

A noite setubalense do 4 de Outubro será uma noite justiceira. Após o incêndio do edifício camarário, havia que acertar outras contas.

A cidade republicana e popular, a cidade sindicalista e revolucionária, que calcorreava as ruas e praças setubalenses, não esquecia nem perdoava àqueles que desde sempre tinham sido os aliados incondicionais da monarquia.

Essa incondicionalidade havia-se colado à pele da Igreja Católica. A Igreja significava para estes republicanos aquilo que de pior se continha na monarquia. A Igreja significava exactamente, o obscurantismo, o poder da realza legitimado pela bênção e pela cruz e pelo conservadorismo.

Os revolucionários do 4 de Outubro conheciam bem as ordens religiosas que existiam em Setúbal, a sua morada, a sua existência física, o que diziam nos seus sermões.

A Igreja do Coração de Jesus, ocupada pelos Jesuítas, será alvo do primeiro assalto; de seguida, o convento de Brancanes, habitado pelos Franciscanos, conhecerá igual destino: ambas as instituições vão ser saqueadas. O Convento de Brancanes acabará também por ser incendiado.

A Igreja nunca perdoará estes actos. A descrição de Luís Silveira, jornalista, feita em tom de reportagem, muitos anos depois, prova que a Igreja Católica e os seus seguidores, sentiram o fogo ateadado naqueles incêndios como um golpe que o tempo não sarou.

“No largo fronteiro, uma fogueira; e arremessadas sobre ela, numa fúria de destruição inconcebível, imagens várias, que guarneciam os altares da igreja, alimentavam essa fogueira infernal, à volta da qual a turba desconhecida, de pé-descalço, desprezível, ululava em gritos de canibalesca selvajaria!” (Silveira, 1939)

É nossa convicção que estas acções não foram acções irreflectidas nem obra do acaso. Elas reflectem um grau de radicalização e influência política das correntes sindicalistas revolucionárias e anarquistas, espelhando ainda a ligação destas correntes a sectores do republicanismo setubalense.

No dia seguinte, 5 de Outubro, irão ocorrer ainda outros assaltos a Brancannes, numa lógica de continuação do saque sobre o que havia sobrado. O Administrador do

²Os jornais locais (*O Trabalho, O Germinal e a República*) descrevem estes acontecimentos. Também o jornal republicano *O Século* se reporta com detalhe às ocorrências nestes dias em Setúbal.

Concelho, Luciano de Carvalho, logo no dia 6 de Outubro pedirá ao comandante do Regimento de Infantaria protecção para o edifício do Convento.

“Continuando a ser invadido pelos populares o edifício de Brancannes, e sendo impotente a polícia de que actualmente disponho para coibir tal abuso, vimos por isso rogar a V.Exª se digne providenciar para que uma força de cavalaria para aí siga imediatamente a fim de proibir que o povo ali entre”³

Havia por estes dias como que um vácuo de poder na cidade.

A polícia tinha fugido na noite de 4 de Outubro tendo ficado completamente desarticulada, como o próprio Administrador do Concelho reconhece no ofício enviado ao comandante do quartel.

Por isso mesmo, uma das primeiras medidas, ou mesmo a primeira medida, que terá sido tomada pelo representante do novo governo revolucionário em Setúbal foi a criação de “Comissões Paroquiais” encarregadas da manutenção da “ordem pública”. Vê-se, no entanto, que o Administrador do Concelho não confiava completamente na eficácia destes comités revolucionários. Se neles tivesse confiado, não teria mobilizado de imediato o exército, mesmo sabendo que o comandante do quartel do 11 não tinha aderido de imediato à revolução.

De resto, esta mobilização da “força armada” não se limitou a defender Brancannes. Foi também utilizada para patrulhar as quatro freguesias urbanas onde a possibilidade de existirem conflitos era maior e, de igual modo, para evitar novos assaltos a instituições religiosas, como se percebe por este novo ofício endereçado para o comandante de infantaria no dia 8 de Outubro: “Rogo a V.Exª que uma força de 9 soldados compareça pelas 8 horas da noite no extinto convento de S. Francisco para o guardar”.

Não é necessário concordar com a asserção de Engels de que a “violência é a parteira da história” para reconhecer que Setúbal foi das cidades do país em que o parto republicano foi mais violento.

Em mais nenhuma outra cidade do país temos uma situação semelhante a esta, com destruição pelo fogo dos símbolos do poder político e do poder religioso...

Este grau de intensa conflitualidade vai manter-se ao longo dos 16 anos do regime republicano.

3. A organização autónoma dos trabalhadores

O mês de Outubro de 1910 foi um período de celebração e de euforia em que os sectores operários se reconhecem e identificam com a vitória revolucionária. Foi um mês ainda sem conflitualidade social. Isto não significa que os sectores operários se tenham ficado pelas celebrações. Pelo contrário, assistimos desde logo a um conjunto de iniciativas que vão no sentido da organização e da institucionalização de algumas associações operárias.

³Correspondência do Administrador do Concelho. Ofício para o Governador Civil de 6 de Outubro de 1910. Arquivo Distrital de Setúbal.

É o caso dos carroceiros, sapateiros, das mulheres das fábricas que fazem as suas reuniões para dar expressão a formas de auto-organização e de discussão das suas reivindicações.

Neste mês de Outubro, há a sublinhar um aspecto que ilustra as boas relações ainda existentes entre o novo poder político autárquico e os trabalhadores setubalenses. Referimo-nos à proposta de Soveral Rodrigues, vereador da Câmara, no sentido de criar uma “Bolsa de Trabalho”. Tratava-se de uma espécie de seguro de desemprego para acudir aqueles trabalhadores que estivessem em maiores dificuldades. Apesar da proposta não se ter chegado a concretizar, evidencia, no entanto, as preocupações sociais de alguns sectores do republicanismo que progressivamente irão desaparecendo.

Durante o mês de Novembro assistimos a dois fenómenos interessantes. Por um lado, a continuação de iniciativas que vão no sentido da auto-organização do movimento operário; por outro, a multiplicação de reuniões em que se discute a actualização dos cadernos reivindicativos.

Em 1909 o Ministério do Fomento tinha elaborado uma “Inquirição às Associações de Classe Sobre a Situação do Operariado”. A este inquérito haviam respondido 6 associações (Associação de Classe dos Trabalhadores de Fábricas de Conserva de Setúbal; Associação de Classe dos Soldadores de Setúbal; Classe dos Fabricantes de Calçado de Setúbal; Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Setúbal, Associação de Classe dos Trabalhadores do Mar de Setúbal e Liga Comercial dos Lojistas de Setúbal). Como se pode constatar pelo número de associações que respondem a este inquérito, estamos perante um grau de organização já significativo⁴. Nesse inquérito, apesar de haver respostas naturalmente diferentes que reflectem o entendimento que cada uma associação tem, dada a especificidade própria dos seus interesses individuais, encontramos, no entanto, alguns aspectos comuns. As longas jornadas de trabalho, a parca retribuição salarial, a falta de higiene e condições de trabalho, as doenças profissionais e os limites que a lei impunha às associações de classe e à sua acção autónoma, vão integrar pontos de confluência, reivindicações comuns à generalidade das associações inquiridas.

Estas eram, aliás, batalhas antigas que há muito motivavam o operariado setubalense.

Este período de reflexão organizativa que o mês de Novembro vai conhecer, será aproveitado para a criação de fundos de entreaajuda a ser utilizados em caso de greve. Também a criação de estruturas de coordenação entre as diversas organizações já existentes ou a criar, são outro foco de preocupação dos dirigentes operários. Por outro lado, discute-se a possibilidade, e mais que isso, necessidade, de mudar a lei da greve.

Ainda durante o mês de Novembro entram em luta alguns dos sectores operários mais importantes: os trabalhadores das fábricas de conserva, na sua maioria mulheres, e os marítimos.

Eram também os sectores com mais experiência organizativa que já tinham práticas de confrontação com o patronato e com as forças repressivas do Estado desde o tempo da monarquia.

⁴ Setúbal foi a 3.ª cidade do país em que mais Associações responderam ao inquérito logo a seguir a Lisboa e Porto.

Entre Outubro e Dezembro de 1910, para além das greves de várias fábricas de conserva e dos marítimos, vão também entrar em greve outros sectores do operariado setubalense, com destaque para os gazomistas, pescadores do arrasto, padeiros e os trabalhadores da abegoaria municipal.

O ano de 1911 vai ser o ano de todas as greves. Praticamente todos os diferentes ramos do proletariado setubalense vão medir forças com as entidades patronais numa tentativa global de melhorar as condições de vida e de trabalho.

De destacar que os pescadores, metalúrgicos, as mulheres e os moços da indústria conserveira participam em mais do que uma greve ao longo do ano de 1911. Durante este ano, chegou mesmo a haver fábricas de conserva que estiveram em luta por quatro vezes.

Contabilizamos, neste período, 24 greves que envolvem a generalidade do operariado setubalense.

Os acontecimentos de 13 de Março de 1911, em que são mortos pela recém-criada GNR um trabalhador e uma trabalhadora conserveira, marcam de forma trágica a conflitualidade crescente entre os operários em luta, o patronato e o novo regime. De resto estes graves incidentes vão marcar um afastamento irreversível entre o movimento operário e o poder político saído da revolução de 5 de Outubro.

No ano de 1912 o número de greves é de 14, e no ano seguinte vão existir apenas greves nos sectores da construção civil, dos pescadores e dos trabalhadores dos arrozais. Por sua vez, no ano de 1914 os conflitos vão limitar-se aos sapateiros e aos pescadores. A greve dos pescadores já tinha sido iniciada em Dezembro de 1913.

E se é verdade que esta diminuição da conflitualidade social está associada ao facto de alguns sectores de actividade terem visto satisfeitas algumas das suas reivindicações, é também verdade que os trabalhadores vão ser alvo de uma repressão muito violenta por parte do aparelho de Estado. A repressão vai paralisar muitos dos sectores em luta, particularmente aqueles que tinham menos experiência e capacidade organizativa.

No entanto, a partir de 1916 há um novo recrudescimento das lutas operárias em Setúbal.

O período da guerra e do pós-guerra agravará as condições de vida dos setubalenses. O aumento do custo de vida vai ser particularmente sentido pela população trabalhadora. O mercado negro, os açambarcamentos, a especulação, integram os elementos fundamentais da economia nacional e local daqueles anos.

Há um agravamento generalizado dos preços de bens a retalho e dos bens essenciais. Os salários mantêm-se inalteráveis.

As greves, continuam a ser o terreno preferencial de luta face à desactualização dos salários que esta situação aprofunda e agrava.

Mas para além das greves, houve outras formas de confrontação social e política que marcaram a paisagem social da cidade neste período, com destaque para os assaltos colectivos a armazéns, mercearias, carvoarias e padarias; por assaltos colectivos a quintas, por actos de sabotagem perpetrados contra várias fábricas; por tentativas de destruição de maquinaria nas fábricas de conserva, especialmente as cravadeiras; por boicotes no

fornecimento de matéria-prima necessária ao funcionamento das fábricas; por atentados à bomba contra industriais conserveiros e contra a própria polícia e GNR.

Descobrem-se dezenas de bombas prontas a serem accionadas; incendeiam-se fábricas, que ficam completamente destruídas; fazem-se assaltos à cadeia para libertação dos presos; utiliza-se a sabotagem aos comboios de mercadorias e dos carris do caminho-de-ferro; usam-se armas de fogo contra as forças policiais e mesmo contra o patronato, ou ainda entre os próprios trabalhadores; assaltam-se os transportes de conservas destinadas à exportação.

A resposta a estes actos é simétrica, ou melhor, a repressão por parte das forças policiais, militares e patronais é mais que proporcional à gravidade dos actos cometidos. Há rusgas nas ruas, nas sedes das associações, nas próprias casas dos operários. Há um policiamento constante da GNR, que se passeia por todo o chão da cidade em acções de permanente intimidação. Essa intimidação tem como destinatários não só os sectores em greve, como a população em geral. É decretado o estado de sítio, com obrigatoriedade de encerramento do comércio e proibição de circular a partir de certas horas. As prisões são frequentes. O operariado setubalense ostenta, nestes anos, uma intimidade nua e crua com o arbítrio da repressão policial.

Esta, não esconde o seu afecto e fidelidade. Tratava-se, antes de mais, de salvar, proteger, guardar o património do patronato, socorrendo-o em permanência quer por actos de repressão directa, quer por actos de prevenção através de uma intimidatória demonstração de força.

O *lock-out* é utilizado pelos industriais conserveiros sem qualquer parcimónia. Ao mais pequeno dissídio numa qualquer fábrica, a Associação Industrial de Setúbal concitava os seus associados a fecharem as fábricas como represália às reivindicações operárias. Os despedimentos ou tentativas de despedimento por razões sindicais e políticas são práticas ensaiadas com frequência.

Tudo isto se passava tendo como pano de fundo a I Grande Guerra Mundial.

Olhando a cidade operária destes anos, verifica-se que estamos perante um tecido urbano que coabita quotidianamente com a penúria, com o confronto e correlativa repressão, num dia a dia que cada vez mais é o da desesperança face às trágicas condições de vida que a Guerra havia aprofundado.

Deste modo, não se exagerará ao dizer que a Setúbal da Guerra é também a Setúbal em guerra. Açambarcamentos, mercado negro, salários escassos para preços que todos os dias inchavam de inflação, prisões, deserções, protestos e manifestações contra a participação de Portugal no conflito, são as grandes linhas de força em que Setúbal se vai movimentar neste trágico período da História mundial.

A partir do mês de Maio de 1917 as situações de deserção começam a ser frequentes, aumentando a partir de Agosto desse ano.

Dia a dia as deserções aumentam de número. As acções explicitamente anti belicistas passam a fazer parte da agenda de luta da cidade, apesar da legislação que proíbe a propaganda anti guerra.

A I Guerra Mundial vai ser, assim, vivida em Setúbal sob o signo da contestação. E quando o armistício é assinado em 11 de Novembro de 1918, a cidade está cada vez mais empobrecida e enlutada. A pneumónica também cobrava o seu imposto provocando centenas de vítimas.

4. A greve geral da indústria conserveira de 1922

Setúbal vai conhecer duras greves gerais em 1917, 1918, 1920, 1921, 1922 e 1925 (Investigação que temos em curso).

A greve da indústria conserveira com início no mês de Setembro de 1922 vai ser uma das mais duras e das mais longas greves que ocorreram em Setúbal durante o período republicano.

É certamente uma das mais importantes greves da nova ofensiva operária do pós-guerra. Vai eclodir na esteira de outros violentíssimos confrontos que opuseram o proletariado setubalense ao patronato entre Junho e Setembro de 1920 e que se saldaram pelo deflagrar de vários conflitos. Mas não só. Nestes meses, mais uma vez se tinham verificado assaltos colectivos a estabelecimentos comerciais. No ar pairava um ambiente de autêntica sublevação operária que se estendeu também a Alcácer do Sal, daí tendo resultado vários feridos, dezenas de prisões e dois operários mortos.

Se analisarmos com detalhe as características das greves neste período, constatamos que não são greves meramente simbólicas, com uma duração de um ou dois dias, como as que conhecemos actualmente, ou mesmo como a maioria daquelas que se declararam após o 25 de Abril de 1974.

São confrontos que raramente têm um decurso inferior a uma semana, chegando a durar mais de dois meses. Muitas destas greves só terminam com a rendição pela fome dos trabalhadores e das suas famílias, e pela exaustão das redes sociais de apoio que então se estabeleciam.

O período da República na cidade de Setúbal é assim marcado por greves violentíssimas de longa e muito longa duração e que atingem praticamente todos os sectores produtivos.

No Congresso Operário de 1902, hegemonizado pelos socialistas, a greve foi considerada uma arma legítima dos trabalhadores, mas que só deveria ser utilizada como “último recurso” depois de esgotadas todas as possibilidades de conciliação. E quando se decidia esta forma de luta, ela deveria passar por todos os trâmites legais plasmados na legislação em vigor.

Não era assim, contudo, que a greve era vista pelos sindicalistas revolucionários. Estes, no Congresso de 1911, aprovam uma resolução sobre as greves com o seguinte conteúdo: “Nunca prevenir a entidade patronal (...); Procurar que a greve constitua um máximo de surpresa (...); Evitar qualquer espécie de contrato de trabalho, individual ou colectivo,

de que possa resultar um entrave à liberdade do grevista (...); Greves o mais curtas possível (...); Recusar a arbitragem sob que forma se apresente”⁵.

Era este o guião de acção, era este o roteiro de intervenção utilizado maioritariamente e quase sem excepção pelos trabalhadores setubalenses. Esta opção levava ao conflito quase permanente. De resto a polícia e o exército não intervêm, só em caso de conflito. Há numerosas situações em que estas forças vigiam as sedes das associações de classe quando há reuniões e chegam a ocupar e mesmo fechar estes locais quando é declarada greve. Também com frequência os principais dirigentes grevistas são presos e encerrados na canhoeira Zaire sita no Sado e que se transformou numa autêntica prisão política.

Como já se disse não é só a dimensão e a duração das greves que impressiona. É também, e fundamentalmente, a alta intensidade da confrontação social.

Analisemos com mais detalhe a greve da indústria conserveira de 1922.

A Associação de Classe dos Soldadores decide iniciar uma greve em 18 de Setembro de 1922 exigindo um aumento salarial de 40%, uma comparticipação no custo do cobre e cessação das penalizações da lata rota.

No dia seguinte as mulheres convocam plenários em várias fábricas de conserva para discutir a sua situação e decidem aderir à greve reivindicando aumento de salários. Os moços, os trabalhadores das fábricas e os carregadores de peixe tomam igual decisão.

No dia 20 de Setembro a greve generaliza-se a todas as fábricas de conserva da cidade.

O Administrador do Concelho pede reforços policiais e militares para poder assegurar a ordem pública e proteger as principais fábricas de conserva.

No dia 22 de Setembro ocorre um primeiro conflito numa das fábricas de conserva. A fábrica Cabeçudo Machado & C.^a tenta furar a greve utilizando trabalhadores não inscritos nas suas associações de classe. Como resposta a fábrica é invadida, ocupada e o seu gerente é agredido.

A 23 de Setembro a Associação dos Soldadores distribui um manifesto à população em que explica o sentido das suas reivindicações. Os industriais de conserva respondem impondo o *lock-out*.

A 24 de Setembro a Guarda Nacional Republicana recebe reforços de cavalaria e a cidade passa a ser patrulhada a cavalo por estes novos elementos. Nos dias seguintes chegarão novos reforços do exército. De resto, estes pedidos de reforços de policiamento e de melhoria do armamento eram habituais sempre que eclodia um conflito.

Durante os primeiros dias de Outubro os trabalhadores promovem vários plenários para discutir o prosseguimento da greve. De referir que durante todo este primeiro período

⁵Citado por CABRAL, Manuel Vilaverde, *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*, Presença/Gabinete de Investigações Sociais, Lisboa, 1977, pp 135.

não são feitas quaisquer tentativas de entabular uma negociação entre as associações de classe e as associações patronais, para resolver o conflito.

O Administrador do Concelho e o director do jornal *O Setubalense*, Luís Trindade, por iniciativa própria, tentam mediar o conflito promovendo uma reunião em Lisboa na Associação Industrial Portuguesa com os representantes dos conserveiros que entretanto tinham abandonado Setúbal por considerarem não terem condições de segurança para aqui viverem.

No decurso destas *démarches* é apresentada em 6 de Outubro, a um plenário de todos os trabalhadores em greve, a proposta dos conserveiros.

Era uma proposta bem diversa daquela que integrava o núcleo duro das reivindicações operárias. Concedia um aumento de 25% aos soldadores, 20% aos trabalhadores e carregadores de peixe e 40 centavos por hora às operárias. Era ainda proposta a anulação do acordo para o cobre. Por outro lado, as multas para a lata rota cifrar-se-iam em 5 e 2 centavos, respectivamente para os formatos grandes e os pequenos. O patronato garantia o trabalho aos grevistas, podendo, contudo, os industriais admitir operários sindicalizados e não sindicalizados.⁶

O primeiro operário a usar da palavra dá o tom ao plenário. Lamenta que os industriais continuem a recusar negociar directamente com os grevistas e recusa a proposta de admissão de trabalhadores não filiados nos respectivos sindicatos, considerando que esse seria ao primeiro passo para o patronato não admitir depois os operários “sindicalizados”.

A generalidade das intervenções considera que a proposta patronal é uma afronta dirigida aos operários. Radicaliza-se o que já estava radicalizado. Um das propostas mais discutidas, e que divide a assembleia, é a de responder com uma nova reivindicação de mais 40%, para além dos quarenta por cento da proposta inicial. Finalmente é aprovada a continuação da greve. Por maioria é decidido ainda que os trabalhadores só retomariam o trabalho quando fosse satisfeita a reivindicação inicial de 40% de aumento e que logo após esta satisfação “se formule aos fabricantes o pedido de outros 40%”⁷.

Durante este plenário será ainda anunciado pelo director do semanário *O Setubalense* que a comissão medianeira renuncia ao seu mandato.

O jornal *A Pátria* noticia a 12 de Outubro que os operários pediram ao Administrador do Concelho para interceder no conflito. Os operários negam a existência desse pedido de mediação. Neste mesmo dia é declarado o estado de sítio parcial.

Todos os estabelecimentos comerciais encerram as suas portas a partir das 22 horas. Os destacamentos da GNR continuam a patrulhar a cidade a cavalo. São reforçadas as forças policiais que protegem algumas fábricas sobretudo aquelas que tinham máquinas cravadeiras. São igualmente reforçadas a guarda à cadeia, às instalações da Câmara, dos telefones e de outros espaços públicos.

As redes de solidariedade são accionadas com frequência. De destacar o apoio em dinheiro

⁶ *O Setubalense*, Diário da Noite, 6 de Outubro de 1922.

⁷ *O Setubalense*, Diário da Noite, 6 de Outubro de 1922.

feito por diversas colectas quer ao nível de Setúbal, quer de outros pontos do país de apoio aos grevistas. Os comerciantes locais também vão participar nesta onda de solidariedade fornecendo dezenas de quilos de alimentos. Grão, feijão, toucinho, azeite, batatas, massas fazem parte dos produtos oferecidos. Uns, em listas públicas, outros, em completo anonimato. Vai ser também feito um acordo com vários comerciantes da cidade para que o pagamento dos artigos fornecidos aos grevistas seja efectuado em prestações depois de se retomar o trabalho. A responsabilidade das compras era das diversas associações de classe.

A 26 de Outubro o deputado republicano pelo círculo de Setúbal, Joaquim Brandão, intercede junto do governo para que este intervenha na resolução do conflito, alegando as graves consequências que aquele evento teria para toda a actividade económica da cidade.

O presidente do ministério nega qualquer interferência no conflito, respondendo “não ser função do governo servir de mediano em tal espécie de conflitos.”

Ainda antes do fim de Outubro a Liga Comercial dos Lojistas de Setúbal tenta interceder junto dos industriais para que seja encontrada uma solução que ponha fim àquela contenda que se arrastava penosamente. Não é de espantar este interesse, dado que o comércio setubalense é profundamente afectado pela greve, estando numa situação de autêntica paralisia. Não nos esqueçamos que os soldados eram dos sectores operários com maior poder de compra.

No plenário da Liga de 30 de Outubro um dos seus dirigentes António Oliveira dá conta das diligências feitas neste sentido. Informa os associados que se encontrou com alguns industriais em Lisboa e que estes lhe terão dito que “apesar da depreciação cambial que muito afecta a indústria, os fabricantes manterão os aumentos de 25% para os soldados e de 20% para as restantes classes em greve, parecendo-lhe porém, que o ponto de mais demorada e difícil solução será a condição de poder, de futuro, admitir-se pessoal não associado”⁸.

Ou seja, a proposta dos industriais conserveiros mantém-se inalterável. A questão salarial não é a questão central. Concedem até fazer alguns aumentos. O seu principal combate integra uma tentativa de extinção da força e influência que as associações de classe tinham, ao impor ao patronato a contratação apenas de operários inscritos nas respectivas associações.

O café “La Violette”, frequentado pelos industriais, é invadido a 30 de Outubro. Há um ferido a tiro. A GNR e o exército intervêm.

A 1 de Novembro é realizada uma nova assembleia-geral dos grevistas. Aí, é reafirmada a vontade de prosseguir a luta até serem satisfeitas as reivindicações. Apesar de a greve

⁸ In *O Setubalense*, Diário da Noite, 6 de Outubro de 1922.

ter já uma duração de quase mês e meio, continuam a não existir negociações directas entre os antagonistas.

Depois de múltiplos apelos, com destaque para a Associação Comercial, para o Administrador do Concelho, para o director do jornal *Setubalense* e para outras "forças vivas" da cidade, o governo acede em mediar o conflito ⁹.

O Ministro do Trabalho, em 6 de Novembro, aceita receber uma delegação de todas as associações de classe no sentido de se inteirar das principais reivindicações operárias e poder interceder junto das associações patronais. Após o contacto com o governo, os industriais recusam-se a reunir com uma delegação dos operários enquanto estes se mantiverem em greve. Por sua vez os operários setubalenses vão pedir à direcção da Confederação Geral do Trabalho para mediar o conflito. A CGT aceita e vai doravante acompanhar de perto esta luta. Em concomitância com estas sucessivas tentativas de mediação deste confronto, sempre frustradas e inconclusivas, aparecem sectores ligados à greve que decidem radicalizar a luta, recorrendo a atentados bombistas.

5. Um clima de guerrilha urbana

A 12 de Novembro a cidade vai ser sobressaltada com o rebentamento de várias bombas. Algumas explodem na residência de um industrial e no quartel da GNR. No dia seguinte vão ser presos vários operários, acusados daqueles atentados. Os dirigentes grevistas demarcam-se da utilização das bombas como forma de resolução do conflito, mas apelam à libertação imediata dos operários presos. Ainda durante este dia ocorre a sabotagem de uma das linhas do caminho-de-ferro perto da estação de Setúbal. O comboio carregava peixe fresco.

No dia 14 são feitas mais prisões de operários ainda a pretexto da explosão das bombas. Como forma de intimidação e de pressão sobre os trabalhadores são presos em Lisboa os dirigentes grevistas, quando se preparavam para estabelecer uma nova ronda de conversações com o governo.

A 19 de Novembro lavra um incêndio na fábrica de conservas de peixe "Unida". A fábrica ardeu completamente ficando totalmente destruída.

No dia 22 de Novembro são libertados alguns operários presos acusados de estarem relacionados com os atentados bombistas.

O Setubalense de 29 de Novembro vaticina o fim da greve.

Num artigo intitulado "O agonizar da greve" dá conta do dramatismo e da grandeza deste conflito social: "Deve estar prestes a cair o pano sobre o último acto da peça emocionante que vai para onze semanas se vem representando nesta cidade. A agonia de uma greve tem alguma coisa de grande e de sensível, aspectos assim de uma pesada e dolorosa catástrofe, envolvendo na mortalha da ruína milhares de famílias atingidas. De princípio escuta-se

⁹ A correspondência estabelecida entre o Administrador do Concelho e os principais antagonistas nesta greve mostra-nos as grandes dificuldades que este tem em intermediar o conflito.

como um gemido débil do amor-próprio que se julga ameaçado. Mas a seguir a orquestração sobe de pavor à medida que o desenlace se aproxima, soando então gritos de ódio, uivos de cólera, rugidos de vingança, promessas de desforra que pouco a pouco se esbatem na lassidão resignada das coisas que não se podem evitar. Depois, por um largo período, o silêncio dos pavorosos sinistros, pesando como chumbo, abatendo as energias e aniquilando esperanças, até que num belo dia desfralda-se ao sol o estandarte da *révanche* e os humilhados se levantam, entusiasmados e ferros, a reconquistar o prestígio perdido num momento em que o terreno foi mal escolhido por pouco apropriado para a batalha a travar”¹⁰.

A greve termina finalmente a 1 de Dezembro de 1922 depois de 75 dias de luta extenuante e ininterrupta. Os grevistas acabam por aceitar o aumento de 25% para os soldados e de 20% para os restantes trabalhadores. As restantes reivindicações não foram satisfeitas.

Qual a importância desta greve?

A greve geral da indústria conserveira de 1922 em Setúbal tem características que a individualizam no conjunto dos confrontos travados com o patronato e as forças do governo.

Em primeiro lugar é um conflito em que os soldados se envolvem profundamente travando uma luta de vida ou de morte pela sua sobrevivência.

Todos os sectores da indústria conserveira (mulheres, trabalhadores, moços, carregadores, soldados) conseguiram um grau de unidade que noutras alturas não tinha sido possível alcançar.

De resto, os soldados mais do que uma vez, em momentos importantes, tinham deixado sozinhos na luta os seus companheiros de trabalho.

Nas greves de 1911, precisamente numa época em que outro posicionamento dos soldados teria tido um papel determinante na luta contra o patronato, dada a importância fundamental que este sector tinha no processo de fabrico, os soldados haviam-se mantido à parte, negando a sua solidariedade.

Por sua vez o grau de radicalidade da luta, a alta intensidade da confrontação social, faz com que esta greve assuma, em alguns momentos aspectos e características de autêntica guerrilha urbana.

A importância desta específica greve radica também no facto de esta ter provocado um enorme desgaste e deste modo ser guardada na memória do movimento operário como um momento traumático, que se vem a revelar decisivo na diminuição da capacidade de mobilização nas lutas futuras.

Há ainda outros aspectos distintivos desta luta. Ela não só integra um verdadeiro teste à resistência operária destes anos, como também revela a capacidade de mobilização de

¹⁰ In *O Setubalense*, Diário da Noite, 29 de Novembro de 1922.

todas as redes sociais, em que há a sublinhar o papel dos comerciantes na solidariedade para com os grevistas. Setúbal reagirá no seu todo, ou de um lado ou de outro, a este conflito que pela sua força e dimensão, não permite neutralidades.

A Associação dos industriais de conserva vai demonstrar um elevado grau de coesão. Esta coesão é o primeiro factor que possibilita o sucesso no confronto com o operariado setubalense.

Esta greve, aliás, configurará um verdadeiro ajuste de contas do patronato com os trabalhadores. Os industriais tentam, acima de tudo, quebrar a força do sindicalismo. Era este o seu primeiro e fundamental objectivo, porque era aí, nessas associações de classe, que residia a força que tantas vezes haviam conhecido e que incendiava de energia a pequena e a grande greve. Deste modo, para o patronato a questão fundamental não estava nos salários reivindicados. Assentava essencialmente na obrigatoriedade de contratação exclusiva de sindicalizados. E, se para o movimento operário essa obrigatoriedade funcionava como uma garantia de sucesso e coesão em lutas futuras, para o patronato esta cláusula grevista era inaceitável porque a memória de um operariado que respondia a uma só voz, contagiando a cidade inteira, era demasiado violenta para poder ser negociada.

A análise desta greve propicia ainda um outro olhar: a capacidade de resistência do proletariado setubalense, uma resistência verdadeiramente heróica, num contexto de grande desigualdade de armas.

De facto, de um lado há a polícia e a GNR a defenderem com armas qualquer ataque e a procederem a perseguições e à prisão dos principais dirigentes; do outro há a fome que começa a instalar-se pela ausência de salários, a fome, a grande aliada de todas as derrotas. E vai ser efectivamente pela penúria de condições de subsistência que os trabalhadores vão ser vencidos apesar da sua notável capacidade de oposição e prolongamento da resistência.

As consequências desta greve vão sentir-se de forma iniludível. Em primeiro lugar há uma inversão na relação de forças a favor do patronato. Aquele patronato que tremia de cada vez que uma greve explodia, uma greve pronta a rebentar como uma granada, com a fábrica cheia de peixe; aquele patronato que tantas vezes tivera de ceder ao ver as lutas a contagiarem a cidade inteira; aquele patronato que apenas podia admitir trabalhadores associados e portanto debaixo da influência do seu sindicato; aquele patronato que até aí tinha andado num permanente braço de ferro com uma classe que se lhe opunha, uma classe praticamente inteira e sem brechas, via finalmente a roda da História deslizar a seu favor, ganhando um novo fôlego.

Pelo que a primeira grande consequência desta greve vai ser a inversão da relação de forças a favor do patronato.

Outra consequência igualmente marcante e decisiva prende-se com o fim da obrigatoriedade da contratação exclusiva de trabalhadores inscritos em associações de classe. Essa vai ser aliás uma das vitórias fundamentais do patronato. Aliás a greve havia tido aquela incrível duração por esta ser uma questão não negociável para o operariado e ser o centro da negociação para o patronato. A derrota assumiu-se aqui, neste ponto, como pesadíssima, sobretudo pelos efeitos posteriores que se começavam desde logo a adivinhar.

Por outro lado, assistimos nesta situação de pós greve à perda acentuada da importância dos soldados, essa espécie de aristocracia proletária que detinha grande capacidade de influência e liderança relativamente a outros sectores da classe operária.

De facto, depois desta greve nada ficou como dantes.

Estamos perante uma cidade que ousou desafiar o patronato até ficar extenuada, com as redes de solidariedade que tinham sustentado esta greve, cada vez mais enfraquecidas e descrentes; estamos perante uma cidade operária que lutou até cair de exaustão num conflito em que apostou tudo quanto tinha e perdeu parte substancial da sua força anímica ao fazer o balanço da greve e ao verificar que a mesma se havia saldado nos seus aspectos fundamentais por uma derrota.

Em conclusão

A análise dos anos republicanos em Setúbal propicia uma visão especialmente violenta do *modus vivendi* classista que a cidade conheceu e cumpriu durante aquele período. Durante este tempo encontramos situações que chegam ao patamar de uma quase guerra civil.

O que é que explica esta especificidade da confrontação social em Setúbal e o grau de veemência combativa utilizada ao longo dos 16 anos do regime republicano?

Como sempre, encontramos factores vários que se interrelacionam, alguns de natureza global e outros de natureza local e, portanto, particular, que na sua interacção desvendam este peculiar meio social em permanente combustão.

Porque se por um lado, temos um patronato que desde sempre apostou nos salários exíguos que pagava como fonte quase exclusiva de mais-valias, e continuou após a mudança de regime com a mesma aposta, por outro lado, temos um operariado que tinha intervindo activamente na queda da monarquia e pensava ser chegado o momento de cobrança da dívida que a República tinha para com ele; mais, não se tratava apenas de uma dívida, mas do cumprimento das promessas que o novo regime, enquanto pré poder, havia feito e agora incumpria reiteradamente, esquivando-se pela força aos compromissos que havia firmado e esquecido.

De facto, o patronato setubalense vai encontrar na jovem República a grande aliada da sua continuidade de procedimento, tendo-lhe esta, sempre que necessário, emprestado a força de que necessitava para combater a outra grande força que, determinada, se lhe opunha – um movimento operário, igualmente jovem, aguerrido e sobretudo farto das miseráveis condições de vida que lhe eram impostas.

Habitado a que o exército, as forças policiais mantivessem em contenção os excessos reivindicativos da *plebe*, o patronato setubalense vai continuar a acomodar-se à velha solução da intervenção estatal para impor a contenção salarial. A correspondência que

os diversos administradores do concelho mantêm com o governador civil e com o governo é bem elucidativa do que foram sempre as suas práticas.

Perante as sucessivas situações de guerra aberta, os administradores do concelho escolheram sempre o reforço da autoridade policial e militar, exigindo mais meios repressivos. Poucos foram os momentos em que a sua intermediação foi no sentido de tentar uma conciliação entre as partes em litígio.

E quando tal ocorreu, em situações especialmente sensíveis, em que aquela autoridade local tentou ensaiar uma conciliação, tais tentativas foram sempre vistas com desagrado, desconfiança e censura.

A greve geral de 1922 constitui um paradigma de tudo o que atrás se referiu.

Ela demonstra as condições de vida dos assalariados cujos pagamentos se situavam no limiar do “mínimo fisiológico necessário” de sobrevivência; ela demonstra como o patronato era protegido pela repressão estatal que actuava a seu lado de forma praticamente incondicional; ela demonstra como essa protecção contribuía para a objectiva incapacidade de diálogo em que os patrões setubalenses sempre se refugiaram para não aceitar minimamente nem a grande nem a pequena reivindicação; ela demonstra, finalmente, a força e a inserção das associações de classe que num combate violentíssimo são capazes de levar por diante uma greve que se eterniza e que só verga pela fome.

Vão ser estas condições salariais, esta impossibilidade objectiva de diálogo, esta constante e ininterrupta repressão, que vão tornar a cidade de Setúbal território fértil para o crescimento de ideais sindicalistas revolucionários.

De facto, as perspectivas do reformismo operário que haviam marcado o princípio do século, haviam sido incapazes de dar resposta aos ensejos do proletariado setubalense e às suas necessidades.

A situação em que o operariado setubalense vivia e sobrevivia e, por outro lado, a força de um patronato que não se resignava a perder nem que fosse uma pequena parte do lucro a que desde sempre se habituara, provocavam um quadro de impossível diálogo, que não se harmonizava com as meias tintas que as propostas reformistas integravam. É neste quadro que vão ser os sindicalistas revolucionários a dirigir e enquadrar o operariado setubalense.

Este trabalho teve como principal objectivo recuperar um momento da cidade que durou mais de setenta dias. Esse longo momento constitui uma síntese quase perfeita do relacionamento penoso e brutal da tríade de poderes que ocupa a cidade destes anos: o poder patronal, o poder proletário e finalmente o poder republicano.

Este último mostrará a sua verdadeira natureza neste *post* revolução confundindo-se e identificando-se com o primeiro. Os pactos que havia outorgado com o movimento operário nos tempos prévios à tomada do poder eram agora objectos incómodos com que a consolidação do poder se confrontava. Tão incómodos, que na hora da verdade, a República achou melhor colocá-los no território sombrio do esquecimento.